



**Sede Nacional**

Rua Conde de Redondo, n.º 74 – 3º - 1150-109 Lisboa  
Telefone: 21 847 01 19 – Fax: 21 847 01 56  
Email: geral@apg-gnr.pt  
Site www.apg-gnr.pt



*Membro da Confederação  
Europeia de Polícia – EuroCOP*  
Organização não Governamental no  
Conselho da Europa

## **Nota à Imprensa**

### **Auditoria à Gestão da GNR**

#### **Exigem-se medidas da Tutela!**

A APG/GNR não podia deixar de tomar posição ao ter conhecimento do **relatório da auditoria efectuada pela IGAI à gestão da GNR**, cujas conclusões vão no sentido de apontar **falhas graves na gestão e funcionamento do Comando de Administração dos Recursos Internos (CARI), falta de qualificação dos elementos que aí prestam serviço, controlo deficitário e pouca transparência em alguns procedimentos**, concluindo ainda que existe “o risco de abusos, corrupção ou outros crimes relacionados”, caso não exista o devido rigor com as contas prestadas.

A APG/GNR entende que **o Ministério da Administração Interna**, que Tutela a IGAI e a própria GNR **não se pode escusar a tomar uma posição firme**, agindo no sentido de serem apuradas eventuais responsabilidades criminais e disciplinares, tendo já oficiado o MAI nesse sentido.

Jamais se entenderá que o **Comando da Guarda**, apoiando-se no silêncio do MAI, **seja tão profícuo a instaurar processos disciplinares a dirigentes da APG/GNR** por prestarem declarações à imprensa, argumentando estar em causa a imagem e a coesão da Instituição e que, este caso concreto, caia no esquecimento.

Nesta situação sim, está muito objectivamente **a imagem e prestígio da GNR em causa**, bem como os princípios de transparência que deve cumprir e fazer cumprir, naquilo que é a gestão do dinheiro dos contribuintes portugueses.

**A APG/GNR alerta que não existem inocentes nesta história**, pois há muito que tem vindo a alertar para a existência de uma monstruosa máquina administrativo-burocrática que absorve meios humanos formados para o contexto operacional, o que explica que o relatório da IGAI vá nesse sentido, apontando a falta de formação técnica e a deficiente articulação com os restantes serviços da Guarda como uma das razões para que a gestão da Guarda seja permeável a determinado tipo de práticas ilícitas que podem consubstanciar crime. **Aqui o MAI tem responsabilidades!**

**Estão em causa 111 oficiais, 183 sargentos e mais de 500 Guardas**, em que apenas 1/5 possui a **formação técnica necessária**, sendo que os restantes **poderiam estar a exercer funções operacionais** em muitos locais de serviço do país que hoje estão a funcionar em condições inaceitáveis.

Mas o **Comando da Guarda querará ir mais longe**, promovendo a concentração de meios no próprio Comando-Geral, ao que tudo indica, **absorvendo cerca de 70% dos oficiais e sargentos numa futura mega-unidade**, repetindo e ampliando o erro que é o próprio CARI, desvalorizando as consequências que esta possível decisão possa ter em termos operacionais, pretendendo criar um quartel-General que poderia ser adequado às Forças Armadas mas jamais numa Instituição de segurança pública, cuja carência de meios está, em muitos casos, a atingir o limite.

A APG/GNR está perplexa perante semelhantes intenções e, **se o cargo de Comandante-Geral da Guarda é de nomeação política**, **então quem de direito terá que agir rapidamente**, no sentido de, pelo menos, **garantir que se cumpre o que o próprio Governo afirma publicamente pretender para a segurança pública**.

Lisboa, 26 de Março de 2019

A Direcção Nacional